

The logo consists of the letters 'UN' in a white, bold, sans-serif font, centered within a solid blue square.

Inter-Agency Task Force on
Social and Solidarity Economy

A Economia Social e Solidária como condição para o desenvolvimento sustentável

Manuel Belo Moreira

*Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e membro
da direção do CIRIEC-Portugal
Portugal*

Projecto de documento
preparado para o UNTFSSSE

Chamada para ensaios 2018

**A implementação dos Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável (ODS): Qual o papel
da Economia Social e Solidária? (ESS)?**

A responsabilidade pelas opiniões expressas neste documento corresponde apenas aos seus autores, disponibilidade na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS (unsse.org) não constitui aprovação do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre ESS (UNTFSSSE), nem dos seus membros institucionais, parceiros ou observadores, das opiniões aqui relatadas. É proibida a publicação ou distribuição deste documento sem autorização prévia dos autores, exceto em caso de uso pessoal.

Este documento está disponível na Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS, na versão e no idioma em que foi recebido.

Resumo

Desenvolve-se a ideia, inspirada por Ostrom e Scumpeter, de que o desenvolvimento sustentável (em todas as suas dimensões), em particular nas zonas mais desfavorecidas no contexto europeu, necessita políticas públicas que ajudem a superar tanto as falhas do Estado como as do mercado. Entidades que, por si sós, têm sido incapazes de promover o desenvolvimento. Em vez de políticas *top down* necessita-se mobilizar a ação coletiva para envolver e consciencializar os *stakeholders*, controlar comportamentos oportunistas e facilitar a coordenação de ações que supõem a conciliação de interesses.

Visa-se inovar sobretudo, no arranjo institucional que permita a emergência de entidades capazes de levar à prática a função empresarial necessária para as populações das zonas que servem.

Defende-se que a Economia Social e Solidária (ESS) está melhor adaptada para ser esse agente de desenvolvimento, particularmente através de Parcerias Público Sociais (PPS). As razões desse entendimento derivam das próprias características da ESS que lhe dão legitimidade reforçada para a obtenção de apoios públicos, uma vez que são instituições sem fins lucrativos, sujeitas ao escrutínio democrático, aptas a subsistir e atuar em territórios e áreas de atividades não atrativas para os capitalistas, garantindo portanto um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Palavras chave

Economia Social e Solidária; Parcerias Público Sociais; função empresarial necessária; ação colectiva; desenvolvimento sustentável

Bio

Professor catedrático aposentado do Instituto Superior de Agronomia. Dirigente do CIRIEC-Portugal. Interessado em Sociologia da Agricultura e Alimentação, particularmente nos efeitos do desenvolvimento capitalista e na globalização/financeirização. Interessado ainda na Economia Social e Solidária, particularmente no papel que pode ter no desenvolvimento sustentável.

1. Introdução¹

O relevo dado à urgência na procura de novas vias para o desenvolvimento sustentável mais não é do que o reconhecimento de falhas passadas, quer do Estado quer do Mercado.

Os abundantes exemplos de países e locais comprometidos com o desenvolvimento acabam sempre por relevar, entre as múltiplas razões que o justificam, duas situações que se entrecruzam num contínuo que vai da ausência de mercados até às que remetem principalmente para casos onde o Estado falha. Falhas que tanto podem ser por ação, quando as políticas públicas são desajustadas quando não contraproducentes², seja por omissão, nomeadamente por ausência de regulação dos mercados que indiciam manifesto desinteresse para com a sustentabilidade dos territórios e das pessoas que neles vivem, já para não aludir às que resultam da captura do Estado por interesses poderosos, apenas interessados no lucro ou em considerações de política geoestratégica. Omissão particularmente evidente e gravosa se olharmos para as causas da insustentabilidade ambiental potenciadora das alterações climáticas.

Embora algumas das ideias aqui desenvolvidas possam ter aplicação em situações muito diversas a ambição deste texto centra-se, sobretudo, no papel que a Economia Social e Solidária (ESS) poderá desempenhar na busca do desenvolvimento sustentável das zonas mais desfavorecidas no contexto Europeu. Dirige-se assim a locais ou territórios onde os Estados-nação, longe de serem Estados falhados, não deixam de apresentar bolsas de pobreza e de desigualdade de rendimentos e de níveis de desenvolvimento³ que ameaçam a respectiva sustentabilidade. Assume-se, sublinha-se, a sustentabilidade – e o desenvolvimento – na acepção multidimensional: económica, social e ambiental.

O foco do ensaio parte da ideia, que se julga consensual, de que o caminho para o desenvolvimento⁴ assenta, entre muitas outras vertentes, em mercados funcionais e bem regulados e de inovação. Condições essenciais para uma adaptação virtuosa e sustentável dos territórios às múltiplas mudanças locais e globais na economia, na sociedade e no ambiente compatíveis com os ODS⁵.

Acontece porém que muitas vezes os mercados ou não existem ou não conseguem responder às necessidades dos produtores locais tradicionais ou são eles próprios portadores de lógicas e dinâmicas que se afastam da ideia de desenvolvimento por se focarem apenas no crescimento económico, frequentemente agravando as condições de sustentabilidade a prazo mais ou menos longo.

As ideias chave deste texto inspiram-se particularmente nas achegas de Elinor Ostrom (Ostrom, 1990; Ostrom, 1996 e Ostrom *et al.* 1999) e de Schumpeter (1996). Daquela autora

¹ Agradeço as sugestões de Fernando Oliveira Baptista, Carlos Amaral e Joaquim Rolo que muito beneficiariam este texto. Qualquer erro ou omissão é porém de minha responsabilidade.

² Com acontece quando as políticas macroeconómicas e os planos de ajuda externa contrariam o desenvolvimento local, nomeadamente quando ao baixar os preços de produtos importados desincentivam as produções locais alterando os padrões tradicionais de produção e consumo alimentar sem qualquer benefício.

³ Weide e Milanovic (2018) mostram como a desigualdade, ao contrário das teorias do *trickle down*, segundo as quais diminuir impostos para as empresas e para os mais ricos é bom para os negócios o que acabará por beneficiar os mais pobres, tem efeitos nefastos e duradouros para o crescimento do rendimento dos pobres, contribuindo para a perpetuação e agravamento das desigualdades.

⁴ Entendido como o processo para melhorar a qualidade de vida das pessoas o que de acordo com Stiglitz *et al.* (2009) implica mais do que é habitualmente considerado nas análises económicas: “Quality of life is a broader concept than economic production and living standards. It includes the full range of factors that influences what we value in living, reaching beyond its material side.”

⁵ Convém mencionar o contributo do “Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress” dirigida por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi (Stiglitz *et al.* 2009). Contributo indispensável para a abordagem das questões do desenvolvimento sustentável e das dificuldades de encontrar os indicadores ajustados para fundamentar a decisão política.

sobreleva-se o papel da ação coletiva, nomeadamente na refutação da inevitabilidade da “tragédia dos comuns”⁶ e da coprodução, sem as quais o desenho de novas vias de ação arrisca tornar-se ineficaz. Com Schumpeter destaca-se a ideia de que a indispensável inovação resulta de agentes capazes de desempenhar uma função empresarial inovadora e ajustada às condições reais e que tanto pode ser exercida por empreendedores individuais como coletivos, incluindo o Estado.

Com este enquadramento, defende-se que a procura de novas vias para o desenvolvimento local passa tanto pelo envolvimento do Estado, em novos moldes para evitar as repetir falhas passadas, como pelo envolvimento dos interessados (os *stakeholders* em língua inglesa). Neste registo defende-se que a ESS pode, com vantagem, desempenhar papel de relevo, tanto para a motivação da ação coletiva, como para a dinamização dos mercados locais ou para a necessária inovação de processos, nomeadamente através de novas formas de articulação com o Estado e outros *stakeholders*, através de Parcerias Público Sociais (PPS).

Uma nota que importa sublinhar. Este texto tem um escopo limitado ao propor uma reflexão sobre o papel que a ESS pode desempenhar no desenvolvimento sustentável a nível local, nomeadamente nas zonas desfavorecidas. Não se espere portanto novas elaborações teóricas ou análises empíricas sobre o papel que a ESS desempenha ou possa desempenhar enquanto via distinta ou alternativa radical ao desenvolvimento capitalista⁷.

No texto começa-se por uma reflexão sobre o que será o desejável desenvolvimento sustentável para os territórios que configuram as zonas mais desfavorecidas. Seguem-se referências às falhas de mercado e do Estado cuja compreensão não só é necessária para atender às dinâmicas em presença, mas sobretudo como guia do que importa evitar em qualquer ação futura. Isto é, trata-se do diagnóstico necessário que evidencie as restrições existentes à procura de novas vias e que forneça pistas para a respectiva superação. Seguem-se propostas, ancoradas em exemplos práticos, sobre o papel que a ESS pode desempenhar para ajudar a criar novos caminhos de desenvolvimento sustentável. Termina-se com algumas ideias conclusivas.

⁶ Wilson (2016) explica particularmente bem a importância de Ostrom. Porém, como sublinha Taylor (2018), “But the development of the idea has also brought forward the idea that while market coordination can fail, so can coordination through government and coordination through social customs. In some ways, the tragedy that ultimately underlies the “tragedy of the commons” is the recognition that gains from cooperation are possible, but not being achieved”. O que pressupõe toda uma agenda de pesquisa sobre as condições necessárias para a tornar efetiva.

⁷ Embora num âmbito mais largo do que o que se propõe neste texto, as ideias desenvolvidas podem ser aplicadas em muitas outras situações que respeitam praticamente a todos os 17 ODS. E mesmo quando se toma como referência inultrapassável a dimensão global dos desafios do Desenvolvimento Sustentável, sublinhe-se os contributos possíveis da ESS:

- Promovendo e alavancando a ação coletiva enquanto motivadora da ação das populações por forma a influenciar os agentes do poder, nacionais ou supranacionais no sentido da adoção de políticas voltadas para a defesa do interesse geral;
- promovendo novas vias para a inovação não apenas na procura de soluções tecnológicas voltadas para fins sociais e para a sustentabilidade ambiental em vez de assente na procura do lucro, mas também promovendo o ensaio de novas formas de ação política e modos de coprodução e a desejada coordenação supranacionais baseados nos valores da solidariedade.

2. Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é entendido como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de satisfazer as suas⁸. Procurando indicadores mensuráveis em linha com o conceito de sustentabilidade, economistas, como Weitzman⁹, traduzem as necessidades de desenvolvimento como algo equivalente à possibilidade de, pelo menos, perpetuar os níveis de consumo atuais.

No entanto, tal formulação, em muitos casos, não é mais do que a perpetuação da miséria, ou seja é insatisfatória. O problema poderá ser resolvido se a garantia de pelo menos serem mantidos os níveis de consumo atuais esteja implícita a noção que esses níveis de consumo são socialmente aceitáveis. Além de que, se atendermos às exigências de sustentabilidade ambiental, também se requer que sejam pelo menos ambientalmente neutros.

Isto é, a definição de Weitzman precisa de ser qualificada apontando para situações em que os níveis de consumo a manter ou aumentar apresentem uma dinâmica resultante de uma melhor consciência dos problemas ambientais e culturais ou sociais, não se referindo apenas à mera perpetuação dos atuais níveis de consumo de bens materiais¹⁰.

Por outro lado, há ainda que pensar na sustentabilidade territorial em termos tais que o desenvolvimento não apenas se preocupa com eventuais degradações ambientais, o que em última análise se pode obter com o abandono populacional e o retorno à vida selvagem. Importa também que sirva de garantia de que certas funções do território sejam preservadas ou melhoradas. Estão em causa: a proteção dos solos contra a erosão, as melhorias na qualidade e na conservação da água, tanto dos rios e lagos como dos mares tão ameaçados pelas contaminações, ou a manutenção de uma paisagem que preserve valores identitários que as populações valorizam e que diminua os riscos de catástrofes provocadas pelos fenómenos extremos resultantes das alterações climáticas, nomeadamente os fogos, secas e inundações.

Finalmente, importa ter presente que as situações de desfavorecimento que justificam a necessidade de promover o desenvolvimento podem ser o resultado de heranças muito distintas que não se devem esquecer, podendo configurar um contínuo de situações abrangidas entre os dois extremos a seguir indicados.

Podem resultar de situações onde o tecido económico e social em presença é refém da herança de relações pré-capitalistas, nomeadamente de zonas de domínio da agricultura familiar de subsistência cuja dificuldade de adaptação a um ambiente capitalista conduziu ao êxodo agrícola e rural e à marginalização progressiva dos que ficam, cada vez mais velhos e incapazes. Ou, nos casos em que as relações sociais anteriores já eram predominantemente capitalistas, estas eram essencialmente voltadas para os mercados locais/nacionais e não resistiram ao choque da globalização/financeirização que caracteriza a atual fase do capitalismo mundial e não souberam ou puderam adaptar-se às dinâmicas dos novos tempos, dominadas pelas cadeias de valor globais. Este último tipo de casos tanto podem configurar exemplos do mundo rural de baixa densidade demográfica, como do mundo urbano.

⁸ Tal como foi definido pela Comissão Brutland.

⁹ Para Weitzman (1999) “sustainability of an economy is the hypothetical constant or ‘annuity-equivalent’ level of consumption that would yield the same present discounted value as the actual consumption trajectory is able to deliver. In this context, ‘sustainable development’ might refer to a time path whose ‘sustainability’ over the future is never less than its current consumption”.

¹⁰ Stiglitz *et al.* (2009) mostram a dificuldade de abordar o assunto da sustentabilidade colocando a questão nos seguintes termos: “Sustainability poses the challenge of determining whether we can hope to see the current level of well-being at least maintained for future periods or future generations, or whether the most likely scenario is that it will decline. It is no longer a question of measuring the present, but of predicting the future...”.

Podem ainda encontrar-se casos onde a necessidade de desenvolvimento sustentável resulta, sobretudo, das falhas das políticas públicas, seja por insuficiência ou por mau desenho, o que levanta uma obrigação moral aos responsáveis políticos de procurar modos de inverter a situação de marginalidade¹¹.

3. Falhas do Mercado e falhas do Estado

Ultrapassar as insuficiências teóricas e a prática das políticas neoliberais, dominantes na Europa e em grande parte do mundo, no que respeita ao desenvolvimento, passa não só pelo reconhecimento da relação indissociável entre as funções do Mercado e do Estado, como pela identificação das causas que explicam as respectivas falhas.

Desde 1944, quando foi publicada a primeira edição da obra seminal de Polanyi (2001), só tardiamente confirmada pelos economistas, que se sabe que os mercados auto-regulados são um mito, necessitando da proteção do Estado¹². Isto é, precisam que o Estado garanta todo um conjunto de condições sem as quais o respectivo funcionamento é deficiente ou mesmo impossível, nomeadamente a livre entrada ou saída sem a qual os benefícios esperados da concorrência não são garantidos, o controlo de roubos e fraudes, o acesso à justiça e todo um conjunto de regras nacionais ou internacionais que acabam por, em última análise, determinar as lógicas e dinâmicas subjacentes à sociedade de mercado em que nos inserimos.

Importa portanto atender ao modo como as políticas públicas regulam, ou não, os mercados nesta fase do capitalismo, onde estes ligam cadeias de valor de âmbito global reguladas por tratados comerciais de inspiração neoliberal.

Em suma, importa que, para além das falhas de mercado intrínsecas à lógica capitalista, se atenda às políticas públicas que ultrapassam as fronteiras do Estado-nação e que muitas vezes configuram casos de captura do Estado por interesses poderosos.

Num mundo ideal às políticas públicas cabe não só criar condições para o bom funcionamento dos mercados, mas também regular, com rigor, o respectivo funcionamento. Porém acontece que as políticas públicas, enquanto expressão prática das ideologias dominantes¹³, entendem essa regulação de modos muito variados. Daí que, na prática, a necessária regulação é insuficiente ou ineficiente em muitos aspectos, nomeadamente no que respeita à questão das desigualdades de desenvolvimento, quando se comparam as zonas ricas com as da periferia mais pobre.

Ora qualquer programa de ação exige um diagnóstico, tão rigoroso quanto possível, tanto do que falha no mercado como nas políticas públicas. Para melhor entender a questão convém usar o conceito de externalidade. Todavia, os diagnósticos com recurso à avaliação sistemática das externalidades deparam com muitas dificuldades que convém identificar para evitar distorções em que apenas algumas externalidades são avaliadas e outras ignoradas.

¹¹ Aqui cabe uma breve referência à Política Agrícola Comum (PAC), desenhada para favorecer economicamente as agriculturas do norte da Europa mas que veio a ter efeitos perversos nas economias do sul. Como exemplo vejam-se os estímulos a comportamentos ambientalmente problemáticos não só incitando a intensificação produtiva de duvidosa sustentabilidade (ambiental e económica), nos sistemas produtivos do leite, carne e cereais que dominam no norte e são dos principais beneficiários da PAC, ao mesmo tempo que facilitaram a substituição dos pequenos ruminantes em regime extensivo tradicionais no sul europeu por gado bovino.

¹² Mesmo os fundamentalistas do mercado o aceitam, embora procurem restringir o Estado às funções mínimas, restringindo drasticamente os recursos destinados à ação estatal, pondo em prática sucessivas restrições orçamentais de acordo com a teoria do *starving the beast*, como é conhecida na terminologia anglo-saxónica. Veja-se a contribuição de Stiglitz na edição referenciada do livro de Polanyi.

¹³ Sobre o papel da ideologia no que se designa por globalização/financeirização da economia e seu reflexo na ESS ver (Moreira, 2018).

Identificação tão ou mais necessária quanto a ideologia dominante recorre abundantemente ao aforisma de que “não há almoços grátis” para submeter as políticas públicas a análises de custos e benefícios.

Quando se sabe que os recursos existentes são escassos, e tanto mais escassos quanto as zonas mais desfavorecidas têm menor capacidade de reivindicação junto dos governos, a análise de custo-benefício de qualquer projeto parece fazer todo o sentido. Todavia, e reside aqui o ponto fraco do raciocínio, ao fazer análises de custo-benefício esquece-se da necessidade de avaliar **todas** as externalidades, negativas ou positivas, das atividades existentes bem como as que se esperam das vias que são propostas para captar e usar os recursos públicos.

Esse esquecimento é legitimado, em parte, pelas dificuldades inerentes ao cálculo de certas externalidades, mas pode resultar da vontade dos responsáveis políticos em ignorá-las. Daí que a avaliação de todas as externalidades, embora ninguém ouse discordar da respectiva necessidade, acabe na prática por ser largamente ignorada.

Reconhece-se que há um conjunto de dificuldades inerentes à implementação de um sistema de avaliação sistemática das externalidades, sejam elas negativas ou positivas.

Desde logo atendendo à dificuldade/possibilidade teórica e/ou ética de traduzir em preços de mercado o valor de bens para as quais o mercado não é o fórum apropriado: qual o preço da vida humana? Como valorizar os *trade-offs* entre os custos-benefícios atuais e futuros¹⁴? E os custos-benefícios sociais as mais das vezes ignorados¹⁵.

Mas mesmo quando se podem usar instrumentos de cálculo que merecem consenso, as dificuldades decorrem da capacidade do aparelho de Estado levar a cabo a avaliação das externalidades, nomeadamente porque as restrições orçamentais o impedem, quer no que respeita à avaliação direta da responsabilidade do Estado¹⁶, quer mesmo através das restrições ao financiamento de entidades não estatais que poderiam desempenhar essas tarefas.

Mais ainda quando a avaliação das externalidades é frontal e assumidamente ignorada pelo programa ideológico dominante sob o pretexto de libertar os negócios da sobre-regulação. O exemplo mais flagrante e de amplo conhecimento público mostra como o partido Republicano e a atual administração dos EUA participam ativamente não só na tentativa negacionista do aquecimento global, mas também suprimem ou procuram suprimir os meios com que o Estado anteriormente procurava regular as atividades ambientalmente nocivas¹⁷.

4. A necessidade da mobilização de formas de ação coletiva. O papel da Economia Social e Solidária

Ao convocar a necessidade de mobilizar a ação coletiva convém ter presente os falhanços das soluções impostas centralizadamente conhecidas como de tipo *top down* onde aos

¹⁴ Isto é, como definir a taxa de juro ajustada para atualizar custos e benefícios futuros? Weitzman (1999) tem uma proposta, mas será ela consensual? Veja-se a controvérsia sobre a taxa de desconto usada no relatório Stern sobre o aquecimento global.

¹⁵ Já há mais de meio século que Kapp (1976) defendia a necessidade de serem considerados todos os custos, incluindo os sociais.

¹⁶ Nos países anglo saxónicos a austeridade orçamental é conhecida por política do *starving the beast*.

¹⁷ Do resumo do livro de Turner & Isenberg (2018) os autores “... show that the party’s transformation began in the late 1970s, with the emergence of a new alliance of pro-business, libertarian, and anti-federalist voters. This coalition came about through a concerted effort by politicians and business leaders, abetted by intellectuals and policy experts, to link the commercial interests of big corporate donors with states’-rights activism and Main Street regulatory distrust. Fiscal conservatives embraced cost-benefit analysis to counter earlier models of environmental policy making, and business tycoons funded think tanks to denounce federal environmental regulation as economically harmful, constitutionally suspect, and unchristian, thereby appealing to evangelical views of man’s God-given dominion of the Earth.” In <http://www.hup.harvard.edu/catalog.php?isbn=9780674979970>.

stakeholders é apenas reservado um papel passivo. Pelo contrário, soluções duradouras têm de ser bem entendidas e interiorizadas, tanto quanto aos benefícios esperados como aos custos necessários para os atingir permitindo ainda ter uma compreensão, tão completa quanto possível, dos custos de oportunidade das eventuais propostas de desenvolvimento. Só assim, com *stakeholders* mobilizados e conscientes, se pode pensar numa ação coletiva minimamente eficaz, como muito bem lembra Ostrom nas obras citadas.

Na maioria dos territórios, locais ou zonas mais desfavorecidas o tecido económico e social é muito frágil. Uma sociedade pobre, pouco preparada tecnicamente e, frequentemente, num estado de anomia adiantado, não está em condições de, por si só, promover as mudanças necessárias. É por isso que se considera que em muitos casos a ação da ESS não é apenas vantajosa, mas é condição para um desenvolvimento sustentável.

Pelas mesmas razões, parece óbvio que só o Estado estará em condições de financiar esforços de desenvolvimento generalizados e de promover os estudos necessários para a respectiva concretização criando condições capazes de facilitar a mobilização de uma ação coletiva consciente e eficaz¹⁸.

Isto é, as instituições da ESS podem desempenhar um papel de relevo na procura e implementação de novas formas de uso dos territórios e de novas formas de produção e consumo de bens e serviços que correspondam aos desafios do desenvolvimento.

Considerar a ESS como condição para um desenvolvimento sustentável remete para as próprias características da ESS e da lógica económica diferenciada que lhe é subjacente, contrastando-a com a lógica económica dominante e respectivas insuficiências para a promoção do desenvolvimento, particularmente em situações onde há evidentes falhas de mercado.

Os principais argumentos que sustentam esta ideia baseiam-se nas próprias características da ESS¹⁹:

- esta é, por definição, constituída por instituições cujo fim último, ao contrário das capitalistas, não é a obtenção de lucro, podendo portanto subsistir e atuar em territórios e áreas de atividades pouco ou nada atrativas para os capitalistas;
- o simples facto de dispensarem o lucro permite um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Situação potenciada pelo recurso ao voluntariado que mais facilmente mobiliza;
- sendo instituições sem fins lucrativos e sujeitas ao escrutínio democrático apresentam uma legitimidade reforçada para a obtenção de apoios públicos.

A ESS tem assim vantagens tanto em relação as instituições capitalistas como ao conjunto do empresariado individual de tipo familiar, cuja lógica económica difere da capitalista.

Por um lado, a ESS pressupõe a ação coletiva e está em melhores condições para a mobilizar, afirmando-se assim como instrumento privilegiado para enfrentar os desafios sociais, económicos e ambientais e a necessidade de inovação indispensáveis ao desenvolvimento.

Acresce que sendo a ação coletiva elemento de fortalecimento de uma cidadania ativa e de densificação de relações sociais contribui para que em sociedades desfavorecidas se obtenham ganhos incrementais do capital social.

¹⁸ Isto é, considera-se que para uma mobilização eficaz da ação colectiva, é necessário ter objectivos bem definidos e programas suficientemente claros capazes de dar esperança de melhores futuros às populações envolvidas. Objectivos que em certos locais podem ser assegurados e iniciados por iniciativas individuais e apoiados por ONGs filantrópicas, mas que acabam sempre ou quase sempre por necessitar do envolvimento do Estado.

¹⁹ Cujos princípios, herdados de Rochedale, estão plasmados na “Charte de l’économie sociale” publicada em 1980 pelo *Comité national de liaison des activités mutualiste, coopératives et associatives* (CNLAMCA). Disponível em <http://www.cress-aura.org/charte-de-leconomie-sociale>.

Por outro lado, promover o desenvolvimento sustentável obriga a envolver e articular interesses, por vezes divergentes, por forma a obter os consensos necessários para a sua expressão prática, tarefas em que a ESS está melhor qualificada do que qualquer instituição com fins lucrativos.

Finalmente, é de notar que, para além da obtenção de consensos sobre os novos rumos a seguir, são necessárias formas expeditas de coordenar ações de adaptação a uma escala e com âmbito muito mais vasto do que a que pode resultar da mera agregação de opções individuais através do sistema de preços.

A teoria económica dominante mostra como os mercados através dos preços servem, de modo descentralizado, para fazer passar as informações e orientar as escolhas de produção e consumo a partir da agregação das vontades e interesses individuais²⁰. Todavia, essa agregação de interesses individuais transmitida pelos preços só é possível se existirem mercados concorrenciais e se as orientações a promover possam ser traduzidas por um preço. E, sabe-se ainda que os mercados, mesmo quando competitivos, não impedem a conjugação de externalidades negativas profundamente nocivas para o desenvolvimento sustentável, além de se mostrarem incapazes de assegurar os consensos e articulação de interesses necessárias para a procura de novos rumos.

Isto é, se as forças de mercado, por si sós, não são portadoras de soluções torna-se evidente que há que procurar outras vias. A via que tem sido mais procurada tem sido a de seguir políticas públicas desenvolvimentistas ou experiências de tipo *top down* de ONGs ou personalidades locais suficientemente influentes para mobilizar os recursos necessários.

Políticas desenvolvimentistas que mostram um registo desigual: a par de inúmeros e gritantes falhanços na América Latina e África, há casos de sucesso de políticas públicas na recuperação de atrasos históricos, como no Japão, Coreia do Sul e República Popular da China. Histórias de sucesso que, porém, não deixam de evidenciar fortes externalidades que ameaçam a sustentabilidade social e ambiental. E, sobretudo, não mostram capacidade de superar uma característica intrínseca do Capitalismo, um sistema reconhecidamente eficaz em promover o crescimento, mas que, para além da não consideração dos problemas ambientais, provoca, inevitavelmente, um desenvolvimento desigual. Desigualdade traduzida por diferenciais de rendimentos pessoais ou entre os territórios.

Em suma, temos de reconhecer que a história mostra que não parece credível que, por si só, a via *top down* de promoção do desenvolvimento e o combate às desigualdades de rendimento e aos efeitos nefastos de desenvolvimento territorial desigual tenha o êxito desejável.

Daí que, quando se trata de desenvolvimento, se justifica rejeitar as soluções autoritárias de tipo *top down*, associadas às opções estatizantes. Torna-se assim claro que só planos de atuação inteligentes²¹ e coordenados, envolvendo o Estado e as populações, através da ação colectiva, podem apontar para caminhos sustentáveis de desenvolvimento. E é aqui que as instituições da ESS podem desempenhar um papel do máximo relevo²²

²⁰ Teoria válida para mercados próximos da concorrência perfeita mas que convém ser tomada com algum distanciamento quando se conhecem todas as outras razões que influenciam as escolhas dos consumidores, caso da emulação pelo consumo, teorizada por Veblen ainda no século XIX ou a criação de necessidades induzidas por estratégias competitivas de grandes empresas, ensinadas pelas *Business Scholls* e estudada pela antropologia e sociologia do consumo. A propósito veja-se o artigo de Madureira Pinto (2019) sobre Galbraight.

²¹ Garantindo que as zonas desfavorecidas tenham pleno acesso aos incentivos desenvolvimentistas o que nem sempre sucede. Em Skuras *et al.* (2005) mostra-se o handicap de certas zonas desfavorecidas no mero acesso a programas de apoio.

²² Particularmente se apoiadas por políticas públicas ajustadas e transparentes. Ajustadas no sentido de que se procuram políticas feitas à medida das necessidades, longe portanto das políticas generalistas habituais, e transparentes, não só por exigência da cidadania democrática, mas também porque permitem o escrutínio

5. Para novas abordagens do desenvolvimento sustentável

Este ponto centra-se numa reflexão voltada essencialmente para o desenvolvimento sustentável em zonas desfavorecidas e para os aspetos mais relevantes que as instituições da ESS poderiam ser chamadas a desempenhar para esse efeito.

Já se referiu a necessidade de mobilizar a ação coletiva e de coordenar planos de atuação prática que mereçam o consenso, consciente, dos *stakeholders* na linha do que os trabalhos de Ostrom mostram ser possível. Isto é, a mobilização da ação coletiva e a atuação consciente dos *stakeholders* implica formas de potenciar a ação positiva e garantir o controlo dos comportamentos oportunistas dos que apenas querem recolher os benefícios da ação coletiva sem suportar os inerentes custos – o que em terminologia anglo saxónica é conhecida por *free riding*.

Ostrom também chamou a atenção para o que designa por coprodução, ou seja para as vantagens que o envolvimento de pessoas e entidades diversas no estabelecimento de consensos e na implementação de soluções práticas como forma de evitar burocracias paralisantes e obter sinergias virtuosas.

Tratando-se de zonas desfavorecidas torna-se ainda mais óbvia a necessidade de envolver instituições estatais na procura das melhores soluções, uma vez que só o Estado tem meios para, de forma generalizada, as apoiar²³. Soluções essas que têm de ser aceites pelos *stakeholders* e devem ser desenhadas de forma a ajustar o estado da arte das disciplinas técnicas necessárias às condições em que vão ser aplicadas.

Finalmente, importa deixar claro que no contexto das zonas desfavorecidas que pouco ou nada têm para atrair investidores capitalistas e onde os raros mercados existentes, mais não são do que extensões de cadeias de valor globais que promovem a substituição das produções locais, as instituições da ESS terão sempre de recorrer a apoios estatais, seja através das Parcerias Público Sociais (PPS) ou por simples subsidiação.

Sugere-se assim o estabelecimento de parcerias entre o Estado e instituições da ESS, as PPS, que ficarão encarregues de implementar, nos diferentes territórios, novas vias para o desenvolvimento, tecnicamente corretas e socialmente aceites pelos principais interessados.

Os campos de atuação das instituições da ESS ou das PPS²⁴ são muito vastos e para cada caso deverão, em primeira instância, voltar-se para o desempenho das funções empresariais que a sociedade local considere como necessárias.

Funções empresariais necessárias e inovadoras direcionadas para o desenvolvimento e não apenas para as ações que, muitas vezes por iniciativa da sociedade civil, já suplementam o papel do Estado, seja na educação primária ou secundária, no apoio social ou nos cuidados continuados a deficientes e idosos a necessitar de apoio domiciliário ou em lares.

De facto, quando se trata de desenvolvimento sustentável os desafios são outros. Trata-se, por um lado, de promover mercados capazes de absorver produções locais o que exige inovação de processos organizacionais e de marketing. Em particular visa-se a dinamização de nichos de mercado que não se restrinjam aos locais a desenvolver, implicando encontrar formas de acesso a pontos de venda onde a procura de consumos de qualidade, eticamente referenciados, seja maior.

das aplicações de fundos evitando desvios, muitas vezes fundados na inércia de políticas passadas, quando não em benefícios injustificados decorrentes da captura do Estado ou da mera corrupção.

²³ Apoios privados através da filantropia podem ajudar em muitos casos, mas estão muito longe de poder ser generalizados.

²⁴ E destas particularmente nos casos em que a vida social das comunidades seja pouco densa, diminuindo muito as possibilidades de efetivo sucesso da ação coletiva.

A ação das PPS pode ainda servir para identificar quais os aspectos que merecem apoio direto às atividades dos produtores locais, usando tanto quanto possível incentivos de mercado para atingir os fins em vista, como exemplo a possível contratação de pagamentos por serviços ambientais desde que se garanta o respectivo enquadramento técnico e o controlo de oportunismos.

Implica ainda inovar na forma como se produz. Sabe-se que muita da tecnologia tradicional, muitas vezes a única a que os produtores locais têm acesso, não é mais possível de retomar. Daí que, qualquer esforço de dinamização produtiva implica ensinar e aprender novas formas de produzir, nomeadamente, no que respeita ao modo como o trabalho envolvido é socialmente aceite pelos principais interessados. Veja-se, por exemplo, as dificuldades em encontrar quem queira dedicar-se à pastorícia tradicional, mesmo quando os rendimentos esperados são superiores aos que se obtêm noutras atividades para as quais há alternativa de emprego.

Em suma, trata-se de inovar nas formas de produzir, particularmente no sector agrícola e agroalimentar; por exemplo, através de uma agricultura de baixa intensidade de incorporação de fertilizantes sintéticos e pesticidas o que exige toda uma qualificação dos saberes. O caminho talvez seja o de inovar ajustando práticas antigas às exigências do nosso tempo, nomeadamente no que respeita ao modo como a mão-de-obra é utilizada e remunerada.

Trata-se ainda de inovar na forma como se organizam os serviços necessários não apenas à vida social e material da comunidade, mas também de serviços indispensáveis a uma economia local mais dinâmica. Neste registo, será que as PPS não poderão inovar rompendo com a compartimentação e especialização sectorial? Estas são obviamente um factor de melhoria de produtividade, mas será que em zonas desfavorecidas esse é o objectivo a perseguir, quando se sabe que as possibilidades produtivas nunca podem ter níveis de produtividade equiparáveis aos das zonas menos desfavorecidas?

Por outro lado, a ESS pode ainda tornar-se num elemento essencial para solucionar questões que os poderes políticos habitualmente preferem ignorar. Um exemplo evidente é o da questão da propriedade da terra com estruturas demasiado pequenas e fragmentadas, como no minifúndio, ou demasiado extensas como no latifúndio. Através das PPS poderá, por exemplo, obviar-se à principal dificuldade do minifúndio de garantir uma gestão única de unidades territoriais suficientemente grandes para permitir construir uma nova paisagem rural, mais amiga do ambiente, mais resiliente face aos riscos de fogos rurais, em suma mais social e ambientalmente sustentável (Moreira, 2018).

Por fim, as PPS desde que suficientemente apoiadas, técnica e financeiramente, podem constituir aquilo que, no sentido que lhe dá Schumpeter, ilustra a ideia de empreendedor colectivo e inovador que as regiões mais desfavorecidas precisam, criando emprego qualificado e tirando proveito das sinergias que formas de gestão única de âmbito territorial podem proporcionar²⁵.

6. Reflexões conclusivas

Como se referiu, as experiências históricas mostram que, por si sós, nem os mercados, nem o Estado, têm tido o sucesso desejado na procura do desenvolvimento sustentável em zonas

²⁵ Inovando no emprego qualificado e sinergias que envolvem a criação de novas qualificações, por exemplo agentes de intervenção no território que desempenhem não apenas as funções socialmente desqualificadas como a de pastor de pequenos ruminantes, mas também atuem, com novas qualificações na prevenção e combate aos fogos rurais e possam ajudar em tarefas produtivas que muitos agricultores idosos queiram desenvolver, mas não o podem fazer por manifesta incapacidade física e falta de meios técnicos (Moreira, 2018).

desfavorecidas. Justificando a esperança de novas abordagens que impliquem a mobilização da ação coletiva e as parcerias entre o estado e entidades da ESS – as PPS.

Também se carregaram argumentos para justificar o envolvimento da ESS em PPS como vector de desenvolvimento nas zonas desfavorecidas, cumprindo os requisitos sublinhados por Ostrom, isto é, a mobilização da ação coletiva e a coprodução como meios de envolvimento dos *stakeholders* e de superação de desvios burocráticos e obtenção de sinergias. Acresce que nessas zonas as PPS, através do desempenho da função empresarial inovadora podem ser o veículo necessário para uma inovação de processos e até de produtos através da introdução de novas tecnologias produtivas adaptadas às condições particulares de cada zona e novas abordagens nas formas de comercialização dos produtos locais.

Finalmente defende-se que a respectiva ação pode ser considerada como equivalente à produção de bens públicos e como tal estar legitimada para receber apoios do Estado ou, pelo menos, a merecer um estatuto de discriminação positiva que, no caso português, lhes é constitucionalmente outorgada.

Todavia, há que ter em conta que o recurso às PPS será vantajoso ou não consoante os objectivos da respectiva constituição, que tanto podem ser positivos como acima referido, ou negativos, quando as políticas públicas usam as PPS não como meio de promover o desenvolvimento sustentável mas apenas como instrumento privilegiado para diminuir o papel da intervenção direta do Estado diluindo as respectivas responsabilidades²⁶.

Este cepticismo mostra-se perfeitamente justificado quando as PPS se destinem a esvaziar funções e retirar coerência à ação estatal com prejuízos evidentes para esta²⁷.

Acontece que, um pouco por todo o mundo, têm vindo a adoptar-se políticas, muito marcadas ideologicamente, que têm como corolário todo um forte movimento para a desvirtuação dos princípios fundadores da ESS, como documentos da Comissão Europeia que procuram restringir a sua ação à luta contra a pobreza e exclusão social²⁸.

Este é um aspecto particularmente importante do caminho da desmutualização²⁹ seguido por muitas cooperativas e mutualidades. Acresce ainda que no campo da ESS, há muitas pessoas e entidades influentes que pugnam por essa mudança e que, quando dirigentes de entidades da ESS vão praticando actividades económicas que as afastam dos princípios fundadores.

Há portanto que ser bem claro e entender que são as instituições que se regem pelos princípios da ESS as que estão melhor posicionadas, de um ponto de vista ético, social e político, para reivindicar discriminação positiva³⁰.

²⁶ Isto é, usando as PPS como instrumento das políticas do *starving the beast*. Políticas de cariz neoliberal adoptadas em muitos países e também na União Europeia, nomeadamente na privatização de serviços cujos resultados e implicações estão longe de ser avaliados em toda a sua extensão Bauby (2019).

²⁷ Veja-se o que pode suceder a um sistema articulado e complexo como o que envolve um serviço de saúde universal se eventuais PPS, a exemplo das PPP, forem utilizadas como concorrentes dos serviços estatais em vez de manter uma ação suplementar. O resultado pode ser desvirtuar o serviço universal estatal tirando-lhe coerência e, em última análise, favorecendo eventuais privatizações.

²⁸ Como afirma Monzon (2016) “En abril de 2011 se publica la comunicación de la Comisión *Acta del mercado único: doce prioridades para estimular el crecimiento y reforzar la confianza. Juntos por un nuevo crecimiento*. La prioridad no 8 del *Acta del mercado único* reduce el papel de la economía social a la lucha contra la pobreza y la exclusión social y la configura como un instrumento de inclusión activa, proponiendo una iniciativa en favor de las empresas sociales que facilite el desarrollo de fondos de inversión solidaria, abriendo nuevas oportunidades de inversión a inversores establecidos en todos los Estados miembros”.

²⁹ De 1980 a 2010 muitas cooperativas e mutualidades converteram-se em entidades de tipo capitalista; 72 mutualidades nos EUA; 18 sociedades de construção e 4 cooperativas agrícolas em Inglaterra; 10 sociedades de construção e 60 cooperativas de vários sectores na Austrália e 39 mutualidades dedicadas aos seguros de vida no Japão (Côté 2018, p.20).

³⁰ Nomeadamente quando a respectiva acção possa ser considerada equivalente a um bem publico (Moreira, 2017)

Convém, no entanto, compreender as razões porque esses movimentos de desmutualização se verificam.

Uma razão que não pode ser descartada resulta da acção de membros e dirigentes das instituições que por razões pessoais, desejam essa desmutualização e atuam no sentido de a viabilizar, contando para isso com o apoio político dos que legislam nesse sentido³¹.

Isso pode indicar atuações que roçam características fraudulentas, mas também podem configurar uma sobrevalorização dos argumentos de eficácia, resultantes da subjugação a mensagens ideológicas transmitidas pelas escolas, particularmente as *Business Schools* e pelos órgãos de comunicação social, em particular as publicações especializadas em economia e gestão³².

É que de facto, como refere Cotê (2018), os dirigentes cooperativos a que deveríamos juntar decisores políticos, estão sujeitos aos três poderosos mecanismos de isomorfismo institucional descritos por Di Maggio & Powel: coercitivos, normativos e miméticos.

Daí que o isomorfismo coercitivo funcione em pleno através de regras leis e sanções pensadas para o capitalismo, o isomorfismo normativo se alimenta da educação formal, das redes profissionais e pela filtragem de pessoas quando do recrutamento profissional enquanto os mecanismos de certificação e acreditação, potenciam o mimetismo, isto é a adopção de padrões face à incerteza idênticos aos das instituições capitalistas.

Explica-se assim a tendência para a desmutualização e, mesmo a perversão dos princípios cooperativos, que aliás é frequentemente partilhada por forças políticas de âmbito nacional³³ ou através de medidas inscritas nos tratados internacionais, comerciais ou outros que tentam regular a atividade da ESS considerando-a equivalente às entidades capitalistas.

Em resumo, o envolvimento da ESS pode ser um meio privilegiado de prosseguir vias que conduzam ao desenvolvimento que se quer sustentável e, como vimos, é condição necessária no caso das zonas mais desfavorecidas.

Todavia, há que reconhecer que longe da procura do desenvolvimento o envolvimento da ESS pode ser apenas um meio de orientar as políticas públicas substituindo a intervenção direta do Estado e poupando nos custos da ação social, como aconteceu no caso português após a Grande Recessão³⁴.

Sendo assim, há que ser muito claro na proposição que se faz de procura de novas vias, pelo que não se trata de uma defesa genérica das PPS, mas sim e apenas das PPS que declaradamente prossigam esforços voltados para o desenvolvimento que os mercados e Estado, por si sós, não estão em condições de levar a cabo. Em particular sublinha-se a importância das que se destinam a intervir generalizadamente em zonas desfavorecidas, envolvendo os interessados através da ação colectiva, procurando inovar tanto na forma de produzir como nos processos de atuação e não descurando os potenciais benefícios e sinergias que se podem obter através da aplicação prática do conceito da coprodução. Zonas onde o Estado não atua e terá sempre dificuldades de atuar e que, pelo seu carácter de desfavorecidas, também não interessam aos mercados.

³¹ Envolvendo tanto o isomorfismo coercitivo, quando por exemplo orientações da troika privilegiam soluções capitalistas em detrimento de alternativas, como o isomorfismo normativo tanto dos dirigentes como dos agentes das políticas públicas.

³² Veja-se o reconhecimento que o professor Zingales da Universidade de Chicago tem do assunto "*Experimental evidence suggests that the teaching of economics does have an effect on students' behavior: It makes them more selfish and less concerned about the common good. This is not intentional. Most teachers are not aware of what they are doing.*" Zingales (2012)

³³ Vejam-se as alterações ao código cooperativo português de 2015 que abriu caminho ao investidor capitalista nas cooperativas e introduziu a possibilidade do voto plural.

³⁴ Quando, como no caso Português, onde em 2016 o ganho médio mensal nas atividades de apoio social na administração pública foi de 1282,2 €, enquanto nas entidades da ESS foi cerca de 63% deste valor (Antunes, 2018).

Concluindo, pensar o DS e o papel que a ESS pode ser chamada a desempenhar implica ter presente uma matriz de interesses e necessidades que se entrecruzam do modo que a seguir se descreve.

O DS exige três condições: um novo modo de uso dos recursos para fazer face às alterações climáticas, logo uma nova abordagem às externalidades; participação democrática com papel de relevo reservado à ação coletiva e níveis de produção e distribuição que melhorem o nível de vida das populações legitimando as ações coercivas decorrentes da nova abordagem às externalidades ou os apoios garantidos à produção de bens públicos.

O actual sistema capitalista não se tem mostrado apto a responder a nenhuma dessas condições pelo que se justificam as esperanças na ESS em conseguir aquilo que a lógica capitalista não consegue. Todavia, há que garantir políticas públicas, independentes dos interesses capitalistas e livres dos enviesamentos decorrentes do fenómeno do isomorfismo, capazes de promover a produção de bens e serviços usando os recursos disponíveis de forma sustentável. Sem as quais há riscos sérios de que a ESS seja apenas uma forma encapotada de substituir o Estado em áreas e sectores que o capitalista não pode, por receio da pressão pública, ou não está interessado em desenvolver por falta de perspectivas de lucro.

Bibliografia

- Antunes, Margarida. 2018. “Emprego na Economia Social: o paradigma em análise.” Apresentação no Colóquio Economia Social e Solidária: outro modo de criar futuro sustentável organizado pelo Le Monde Diplomatic a 12 de Dezembro no CIUL - Centro de Informação Urbana de Lisboa.
- Bauby, Pierre. 2019. Les effets de la libéralisation des services publics services d’intérêt général. Étude réalisée pour le Groupe Gauche Européenne/Gauche Verte Nordique du Parlement Européen. In http://www.actionpublique.eu/attachments/article/140/Rapport_services_publics_europe_Synthese.pdf.
- Côté, Daniel. 2018. *La Gestion Coopérative. Un modèle performant aux défis de l’avenir*. Montréal, Les Éditions JFD inc.
- Kapp, William 1976. *Les Coûts Sociaux dans l’Economie de Marché*. Paris, Ed. Flammarion.
- Monzon, José Luis. 2016. “La Economía Social en la Literatura Económica y en los Hechos: 30 Años de Historia del Ciriec-España”. Conferencia pronunciada el 19 de octubre de 2016 en el Paraninfo de la Universitat de València, con motivo del XXX Aniversario de la creación del CIRIEC-España.
- Moreira, Manuel Belo 2018. “Novos modelos de paisagem mais resilientes ao fogo e às alterações climáticas. Utopia ou necessidade? In: Simões, O. (ed.) *O rural depois do fogo*. Coimbra, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra, pp. 211-228.
- Moreira, Manuel Belo. 2018^a. “Understanding financialization and its impacts on Social Economy / Chapter 6”. In: CIRIEC and BANCE, Philippe (dir.). *Providing public goods and commons. Towards coproduction and new forms of governance for a revival of public action*. Liège: CIRIEC, 2018. (CIRIEC Studies Series; 1), pp. 113-133. In <http://doi.org/10.25518/ciriec.css1chap6>.
- Moreira, Manuel Belo. 2017. “O empreendedorismo social como bem público”. *Revista Grifos* n° 42 (Brasil).
- Polanyi, Karl. 2001. *The great Transformation. The Politic and Economic Origins of Our Time*. 2nd ed. Foreword by Joseph E. Stiglitz; introduction by [Fred Block](#). Boston: Beacon Press.
- Ostrom, Elinor. 1990. *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge, UK. In http://wtf.tw/ref/ostrom_1990.pdf
- Ostrom, Elinor. 1996. “Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development” in *World Development*, Vol. 24, No. 6, pp. 1073-1087.
- Ostrom, Elinor, Joanna Burger, Christofer B. Field, Richard B. Norgaard and David Policansky. 1999. “Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges”. In *Science*, New Series, Vol. 284, No. 5412 (Apr. 9, 1999), pp. 278-282.
- Pinto, José Madureira. 2019. “Vale a pena (re)ler John Kenneth Galbraith?”. In *Le Monde Diplomatique*. In <https://pt.mondediplo.com/spip.php?article1266>.
- Schumpeter, Joseph. 1996. *Ensaios. Empresários, Inovação, Ciclos de Negócio e Evolução do Capitalismo*, Oeiras, Celta.
- Skuras, Dimitris, Nicolas Meccheri, Manuel Belo Moreira, Jordi Rosell and Sofia Stathopoulou. 2005. Entrepreneurial human capital accumulation and the growth of rural businesses: a four country survey in mountainous and lagging areas of the European Union. *Journal of Rural Studies* (21), 67–79
- Stiglitz, Joseph, Amartya Sen and Jean-Paul Fitoussi. 2009. *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Relatório submetido ao Presidente Francês. In <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/118025/118123/Fitoussi+Commission+report>.
- Taylor, Timothy. 2018. “Tragedy of the Commons: 50 Years Later”. In <https://conversableeconomist.blogspot.com/2018/12/tragedy-of-commons-50-years-later.html>
- Turner, James Morton and Andrew C. Isenber. 2018. *The Republican Reversal, Conservatives and the Environment from Nixon to Trump*. Harvard University Press.
- Veblen, Thorstein . 1899. *The Theory of the Leisure Class*, Macmillan, Nova Iorque, 1899.
- Weide, Roy van der and Branko Milanovic. 2018. *Inequality is bad for growth of the poor (but not for that of the rich)*. *The World Bank Economic Review*, 0(0), 2018, 1–24

doi: 10.1093/wber/lhy023.

https://www.gc.cuny.edu/CUNY_GC/media/LISCenter/Branko%20Milanovic/vdWeide_Milanovic_Inequality_bad_for_the_growth_of_the_poor_not_the_rich_2018.pdf.

Wilson, David Sloan. 2016. "The Tragedy of the Commons: How Elinor Ostrom Solved One of Life's Greatest Dilemmas" in *Economics* disponível em <http://economics.com/tragedy-of-the-commons-elinor-ostrom/>

Weitzman, Martin L. 1999. "Sustainability and Technical Progress". In *Scand. J. Of Economics* 99 (1), 1-13.

Weitzman, Martin L. 1999^a. [Just Keep Discounting, But..](https://scholar.harvard.edu/weitzman/publications/just-keep-discounting) In: Portney PR, Weyant JP *Discounting and Intergenerational Equity*. New York: Resources for the Future, pp. 23-30. <https://scholar.harvard.edu/weitzman/publications/just-keep-discounting>.

Zingales, Luigi. 2012. "Do Business Schools Incubate Criminals?", in *Bloomberg*. <http://www.bloomberg.com/news/2012-07-16/do-business-schools-incubate-criminals-.html>.